



ACÓRDÃO Nº454/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12434/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Mario Jumbo Miranda Aufiero (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 171/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero**, Presidente e Ordenador de despesa, com fundamento no art. 22, II e 24, da Lei nº 2423/96 c/c art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero**, Presidente e Ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), na forma do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades não sanadas nos itens 7.1 “c”, 7.4 “a” e “b”, 7.5 “a” e 7.6 “a” e “b”, constantes no Relatório Conclusivo. A referida multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 (trinta) dias** para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea



ACÓRDÃO Nº454/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

"a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero, Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas:

10.3.1. Que se atente e verifique a documentação a ser entregue em Prestação de Contas anual, com a finalidade de não tornar reincidente.

10.3.2. Atualize anualmente a possibilidade de realização de concurso público, para que esta questão não seja reincidente

10.3.3. Atente a toda instrução processual licitatória adequada, para que não ocorra a reincidência

10.4. Dar ciência ao Sr. Mario Jumbo Miranda Aufiero e aos demais interessados.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Maio de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral